

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Saulo Cruz/Agência Senado



Centro continuará sendo o fiel da balança no Senado

Oposição terá maioria. Mas nem tanto

A cerca de um ano das eleições, já é possível começar a construir um quadro de como deverá ser o Senado a partir de 2026. Como se trata de eleições majoritárias, com a eleição de dois senadores por estado, as pesquisas conseguem tratar um cenário. É claro, uma estimativa, longe de ser exata. Mas um cenário que, neste momento, indica que o plano inicial que a

oposição pretendia, de atingir maioria suficiente para aprovar processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e outras situações de embaraço, não deverá acontecer. Levantamento com base nas pesquisas mais recentes mostra que a oposição mais raiz ao atual governo hoje elegeria a maior parte dos senadores. Mas não em número suficiente.

Em torno de 23

No ano que vem, o Senado elegerá dois terços da bancada, 54 senadores. Com base nos levantamentos recentes, o PL poderia fazer o maior número: em torno de 13. O PSDB, 4. O Podemos, 3. E o Republicanos, também 3. Seriam 24 alinhados à atual oposição.

Governo, 12

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso venha a ser eleito, elegeria consigo em torno de 12 senadores governistas de fato. Seriam três do PT. A ex-deputada gaúcha Manuela D'Ávila, que hoje está sem partido. Quatro do PSB. E também quatro do PDT.

Reprodução X/Izalci Lucas



Oposição raiz será maior parte, mas não maioria

Com 19 novos senadores, o Centrão fiel da balança

Definiria, então, a situação, os partidos do Centrão. Ou pelo menos aqueles partidos que o tempo todo oscilam. Porque ainda que a Federação Progressista, associação do União Brasil com o PP, tenha se declarado de oposição, enquanto houver Davi Alcolumbre (União-AP) e Arthur Lira (PP-AL) o jogo não é tão simples.

O PSD pode eleger quatro senadores. O MDB, 8. O União Brasil, 5. O Solidariedade, 1. E o PP, 1. Há aí nomes governistas, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que tentará a reeleição. E o atual governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). E outros opositoristas, como o atual governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB).

No total, 34

Somando-se aos 27 senadores que foram eleitos em 2022, a oposição raiz ficaria em torno de 34. O maior número de senadores, mas abaixo da metade mais um, 41 senadores. Ou seja: quantidade suficiente para fazer muito barulho. Mas insuficiente para ditar os rumos.

Centrão, 31

E, então, o Centrão somaria 31. Mantendo, no fim, uma situação parecida com a atual. Ora se grupo se alinharia à oposição, ora ao governo. Parte sempre à oposição, parte sempre ao governo. E se o eleito não for Lula? Viveria necessariamente uma situação melhor?

Governo, só 16

Se Lula vier a reduzir seu discurso e alianças aos governistas de fato de esquerda, teria ao seu redor, no caso de uma reeleição, uma bancada de somente em torno de 17 senadores, cinco que permaneceriam e mais 12 novos. Sem alianças ao centro, uma situação complicada.

Acertos

Não por acaso, muitos acertos agora estão passando justamente pela conquista desse centro. Sejam os acertos em Alagoas, por exemplo, com o PP de Arthur Lira. Ou no Rio, com o PSD do prefeito Eduardo Paes. Será pelo meio que o jogo será jogado.

Cid retira tornozeleira e passa para o regime aberto

Moraes negou pedido de soltura de Braga Netto

Por Gabriela Gallo

Em audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) nesta segunda-feira (3), o tenente-coronel Mauro Cid, delator do julgamento que trata do plano de golpe de Estado, retirou sua tornozeleira eletrônica. Na sessão, a Suprema Corte ainda o orientou como ele deverá seguir durante o cumprimento de sua pena de dois anos de prisão em regime aberto. Todo o processo foi conduzido por Flavia Martins de Carvalho, que é juíza auxiliar do ministro-relator da ação penal Alexandre de Moraes.

Dentre as medidas cautelares impostas ao ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está a proibição de sair de Brasília. Ele também deverá cumprir recolhimento domiciliar entre as 20h e as 6h – com recolhimento integral aos finais de semana, sem poder sair de casa. Ele ainda está proibido de portar armas, utilizar as redes sociais e se comunicar com investigados nos processos sobre a trama golpista.

Os advogados de defesa de Mauro Cid foram os únicos dos oitos condenados por integrar o núcleo principal da trama golpista a não apresentarem embargos de declaração – recurso processual para solicitar que o juiz ou tribunal responsável pelo respectivo caso esclareça pontos omissos e contraditórios para corrigir erros materiais de decisões judiciais – da pena imposta pela Primeira Turma do Supremo.

Ao fechar o acordo de delação premiada, o militar recebeu uma pena de dois anos, muito inferior em comparação



Lula Marques/ Agência Brasil

Mauro Cid cumprirá dois anos de pena em regime aberto

às demais dosimetrias impostas aos outros sete réus, que variam de 16 a 27 anos. Além da redução da pena, ele usufrui de alguns benefícios em comparação aos demais réus, como ter seus bens desbloqueados uma vez encerrado o julgamento, além de poder ter uma escolta de agentes da Polícia Federal (PF) para garantir a sua segurança e de familiares.

Braga Netto

Ainda nesta quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes determinou a manutenção da prisão do ex-ministro da Casa Civil durante a gestão Bolsonaro e também réu do núcleo principal do plano de golpe, general Walter Souza Braga Netto. Em sua decisão, o ministro do STF apontou risco de fuga de Braga Netto.

“O término do julgamento

do mérito da presente ação penal e o fundado receio de fuga do réu, como vem ocorrendo reiteradamente em situações análogas nas condenações referentes ao dia 8/1/2023, autorizam a manutenção da prisão preventiva para garantia efetiva da aplicação da lei penal”, justificou Moraes.

O general da reserva está preso desde dezembro de 2024 com a acusação de obstruir as investigações pelo plano de golpe e, desde que foi decretada sua prisão preventiva, seus advogados apresentaram ao menos quatro pedidos para reverter a prisão, mas todos foram negados por Moraes.

A defesa de Braga Netto entregou no dia 28 de outubro, último dia para entregar os últimos recursos, embargos de declaração aos magistrados da Primeira Turma do STF. Nos embargos, a defesa questionou

a credibilidade da delação-premiada de Mauro Cid, questionou a parcialidade de Alexandre de Moraes como relator do caso – visto que foi encontrado no plano de golpe um plano para assassinar o magistrado, que na época presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – e alegaram que houve violação ao contraditório e à ampla defesa do general da reserva, visto que o acesso ao conjunto de provas digitais teria sido poucos dias antes do início das audiências, de acordo com a defesa.

Os ministros da Primeira Turma (Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia) começarão a julgar nesta sexta-feira (7) os embargos de declaração de todos os réus que apresentaram recursos. A sessão será no plenário virtual da Corte e deve ocorrer até o dia 14.

Suspeito, presidente de confederação fica em silêncio

Por Sabrina Fonseca

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Instituto Nacional do Seguro Social (CPMI do INSS) tentou ouvir, na segunda-feira (3), o presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira da Cruz. Ele é acusado de, por meio da confederação, desviar R\$ 221,8 milhões dos benefícios de aposentados e pensionistas, de acordo com a Operação Sem Desconto.

Abraão foi questionado se a CBPA era uma organização “fantasma”. Ele afirmou que a entidade não é “fantasma”, declarando ainda que ela teve início com 12 federações e hoje reúne 21, além de mais de mil colônias e sindicatos de pescadores.

Mas relatório da Controladoria Geral da União (CGU) aponta que a sede da CBPA está num espaço simples, com apenas uma secretária de atendimento, e que a estrutura da entidade não seria compatível com o volume de associados declarado (360,6 mil) e o alcance afirmado (mais de 3,6 mil municípios).

Silêncio

Durante o depoimento, o relator Alfredo Gaspar (União-AL) tentou obter respostas, mas Abraão Lincoln permaneceu em silêncio em várias perguntas que pode-

Waldemir Barreto/Agência Senado



CGU suspeita da estrutura pequena da CBPA

riam produzir autoincriminação, alegando orientação de sua defesa. Em razão desse impasse, o presidente da CPMI, Carlos Viana (Podemos-MG), decidiu suspender temporariamente os trabalhos para negociar com a defesa.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes concedeu a Abraão Lincoln um habeas corpus preventivo. Com a medida, ele pôde permanecer em silêncio durante a oitiva no colegiado. A CBPA e Abraão Lincoln também tiveram os bens bloqueados por uma requisição da Advocacia-Geral da União (AGU).

Durante a sessão, Lincoln

também foi questionado por Alfredo Gaspar, se conhecia o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”. Mais uma vez, o presidente da CBPA preferiu permanecer em silêncio.

Já em relação às movimentações realizadas pela CBPA, Lincoln respondeu que não lembra de todas as transações bancárias da organização, mas que mandaria para Alfredo as cópias [das transações bancárias feitas pela CBPA].

“Eu não tenho como falar agora sobre tudo, toda a movimentação bancária da CBPA, porque eu não tenho um computador na cabeça”, disse.

Abraão Lincoln, no início

da sessão, também foi orientado pelos seus advogados a não prestar compromisso de dizer a verdade, pois havia o risco de comprometê-lo.

Lincoln

Abraão Lincoln Ferreira da Cruz é dirigente sindical e presidente da CBPA, entidade que representa pescadores e aquicultores em todo o país. Natural do Rio Grande do Norte, ele também já teve atuação política, tendo sido candidato a deputado federal pelo partido Republicanos. Sob sua liderança, a CBPA ampliou de forma expressiva o número de filiados e firmou convênios relacionados a benefícios previdenciários para a categoria, o que acabou chamando a atenção de órgãos de controle.

Atualmente, Abraão Lincoln e a CBPA estão sendo investigados pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União por suspeitas de descontos indevidos em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As apurações apontam que a entidade teria registrado um crescimento abrupto no número de associados, levantando suspeitas de filiações feitas sem autorização dos beneficiários. Em razão dessas investigações, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS aprovou pedidos de quebra de sigilos bancário e fiscal tanto de Abraão Lincoln quanto da confederação.